



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

1.1 **Número Do Processo:** Processo licitatório nº 76/2026.

1.2 Objeto:

1.2.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de **transporte escolar terrestre**, de forma contínua, visando atender às necessidades da **rede pública de ensino (municipal e estadual)** do Município de Salto do Lontra/PR, abrangendo alunos residentes em zonas rurais e áreas urbanas afastadas, conforme **calendário escolar oficial**, com fornecimento de veículos, motoristas, manutenção, combustíveis, seguros e demais encargos necessários à execução integral do serviço.

2. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE ELABORAÇÃO

SERVIDORA: Eronilde de Oliveira Toscan

CARGO: Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

3. NORMAS E DIRETRIZES QUE BASEIAM ESTE ETP

3.1. A contratação em questão encontra amparo em normas legais e orientações técnicas de diferentes esferas, que norteiam as decisões administrativas, o planejamento e a execução de serviços públicos essenciais. Além disso, considera precedentes jurisprudenciais consolidados dos Tribunais de Contas, que conferem segurança jurídica à terceirização e ao parcelamento por rotas do objeto licitado.

3.1.1. Legislação Federal

- Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Decreto Federal nº 11.246/2022 – Regulamenta a Lei nº 14.133/2021 no âmbito federal;
- Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Constituição Federal, art. 208, VII – Dever do Estado com o transporte escolar;
- Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência;



- Lei nº 9.249/1995 – Limites de lucro presumido.

3.1.2. Legislação Estadual (Paraná)

- Lei Estadual nº 11.721/1997 – Institui o PETE;
- Lei Estadual nº 17.568/2013 – Altera a Lei nº 11.721/1997;
- Decreto Estadual nº 2.878/2008 – Regulamenta o PETE;
- Resolução nº 777/2013 – GS/SEED – Define critérios de adesão e prestação de contas ao programa estadual.

3.1.3. Normas do FNDE

- Resolução CD/FNDE nº 18/2021 – Estabelece diretrizes do PNATE;
- Resolução CD/FNDE nº 5/2024 – Altera a Resolução nº 18/2021.

3.1.4. Normas Municipais

- Decreto Municipal nº 707/2024 – Estabelece critérios para julgamento por menor preço e maior desconto;
- Lei Municipal nº 563, de 27 de maio de 2025 – Dispõe sobre o serviço de transporte escolar no Município de Salto do Lontra/PR.

3.2. Jurisprudência dos Órgãos de Controle

A presente contratação também se fundamenta em jurisprudência recente dos Tribunais de Contas, que reconhecem a legalidade e a vantajosidade da terceirização de serviços públicos contínuos, como o transporte escolar, e da segmentação do objeto por critérios técnicos.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por meio do Acórdão nº 931/2020 – Tribunal Pleno, reforça que o parcelamento do objeto com base em critérios técnicos é medida legítima e recomendável:

“A divisão do objeto em rotas individualizadas, com justificativa técnica clara, promove o atendimento ao interesse público, evita a concentração indevida em um único fornecedor e estimula a economia local, sendo plenamente compatível com



os princípios da eficiência, isonomia e economicidade.”

(TCE-PR – Acórdão nº 931/2020, Tribunal Pleno)

De forma convergente, o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 2.393/2006 – Plenário, orienta que o parcelamento do objeto é obrigatório sempre que técnica e economicamente viável, por favorecer a competitividade e garantir maior aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado. Ainda, destaca que a ausência de parcelamento exige justificativa expressa da Administração.

“A não adoção do parcelamento, quando viável, compromete os princípios da economicidade e da isonomia e deve ser sempre tecnicamente justificada.”

(TCU – Acórdão nº 2.393/2006, Plenário)

Essas orientações dos órgãos de controle reforçam a legalidade da estratégia adotada neste ETP e garantem segurança jurídica à Administração Pública.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA

A presente contratação visa assegurar a oferta regular, segura e eficiente do transporte escolar público, em atendimento aos alunos da rede municipal e estadual de ensino que residem em zonas rurais e localidades afastadas da sede urbana do Município de Salto do Lontra/PR.

O serviço é essencial para garantir o acesso à educação básica, conforme o disposto no art. 208, inciso VII da Constituição Federal, que estabelece como dever do Estado o fornecimento de transporte escolar aos alunos da rede pública da educação básica.

No Estado do Paraná, o transporte escolar é disciplinado por programas específicos:

- O Programa Estadual de Transporte Escolar (PETE), instituído pela Lei Estadual nº 11.721/1997 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 2.878/2008;
- E o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), normatizado pela Resolução CD/FNDE nº 18/2021, com alterações trazidas pela Resolução nº 5/2024.

Estes programas condicionam o repasse de recursos ao atendimento de critérios técnicos e operacionais rigorosos, incluindo a utilização de sistemas de controle como o SETE



(Sistema Eletrônico de Gestão do Transporte Escolar), do FNDE, e o SIGET, do Governo Estadual.

No âmbito local, a prestação do serviço é regulamentada pela Lei Municipal nº 563, de 27 de maio de 2025, que estabelece os critérios legais, operacionais e administrativos para o transporte escolar no Município de Salto do Lontra. A norma municipal:

- Autoriza a execução direta ou terceirizada do serviço (art. 2º);
- Define os usuários prioritários, incluindo alunos da zona rural e com deficiência (art. 5º);
- Estabelece requisitos técnicos para veículos e motoristas (arts. 8º a 10);
- Determina a idade máxima de 15 anos para os veículos (art. 9º), compatível com a realidade econômica e estrutural local;
- E fixa obrigações quanto à segurança, manutenção e monitoramento do serviço, conferindo à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes competência plena para planejar, coordenar e fiscalizar o transporte escolar.

O Município de Salto do Lontra apresenta uma extensa área rural, com comunidades dispersas e topografia acidentada. Essa realidade inviabiliza o deslocamento autônomo de muitos estudantes até as unidades escolares, sobretudo nos períodos de chuva intensa ou nos trechos não pavimentados. Além disso, a população rural local apresenta alta rotatividade nas composições familiares, motivada por ciclos sazonais da agricultura familiar e da avicultura, exigindo da Administração uma logística adaptável, com revisão constante de rotas, pontos de embarque e distâncias percorridas. Essa demanda dinâmica requer um modelo de contratação que assegure flexibilidade operacional, sem comprometer a pontualidade e a segurança dos alunos.

Em complemento à análise técnica e operacional, verificou-se a inviabilidade da execução direta do serviço de transporte escolar pelo Município. A estrutura administrativa atual não contempla cargos efetivos de motorista em número suficiente, tampouco possui frota própria adequada ou estrutura física de apoio suficiente (oficinas, almoxarifado, garagem, gestor de frota, mecânicos). Além disso, a realização de concurso público, aquisição de veículos e criação de dotação orçamentária específica exigiriam tempo e recursos incompatíveis com a urgência e regularidade da prestação do serviço.



Adicionalmente, uma análise comparativa estimada demonstra que a terceirização apresenta menor custo de operação, maior eficiência e menor risco para a Administração. A aquisição de um único ônibus escolar zero quilômetro, representa um investimento inicial aproximado de R\$ 480.000,00 (conforme valores de mercado atualizados e parâmetros do Programa Caminho da Escola), sem considerar os custos permanentes com documentação, manutenção preventiva e corretiva, pneus, combustível, seguros e encargos trabalhistas de motoristas. Com uma frota mínima estimada em 5 veículos, o investimento inicial ultrapassaria R\$ 2.400.000,00, além da necessidade de estrutura própria para abrigar, operar e manter essa frota, o que demandaria a criação de cargos, oficinas, garagens e equipe técnica de apoio. Esses fatores tornam a execução direta financeiramente inviável e operacionalmente desvantajosa para o Município no cenário atual.

Nesse cenário, a terceirização do serviço, por meio de licitação, apresenta-se como a solução mais eficiente, segura e economicamente vantajosa, permitindo que a Administração:

- Atenda com regularidade a totalidade dos estudantes da zona rural;
- Cumpra os calendários escolares com previsibilidade;
- Adapte as rotas conforme mudanças no perfil dos alunos e nas condições das vias;
- Delegue à contratada as responsabilidades por motoristas, seguros, manutenção e controle da operação.

A contratação proposta está, portanto, plenamente justificada sob os pontos de vista técnico, econômico, jurídico e social, em alinhamento:

- Ao art. 208, VII da Constituição Federal;
- À Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente em seus arts. 11, 18 e 20;
- À legislação estadual (PETE) e federal (PNATE);
- À Lei Municipal nº 563, de 27 de maio de 2025;
- E às diretrizes do TCE-PR, que reforçam a necessidade de planejamento, justificativa técnica e compatibilidade da solução com o interesse público (Acórdão nº 931/2020).

5. ÁREA REQUISITANTE

5.1. A área requisitante da presente contratação é a **Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes**, órgão responsável pela **identificação da demanda, planejamento da**



contratação, acompanhamento da execução e fiscalização do contrato, nos termos dos arts. 7º, 8º, 11 e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Órgão/Setor Requisitante	Responsável Técnico	Cargo/Função
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	Eronilde de Oliveira Toscan	Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

5.2. A servidora acima identificada atua como **responsável técnica pela formalização da demanda e pela instrução processual inicial**, conforme determina o art. 7º, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, e integrará a equipe de planejamento da contratação, nos termos do Decreto Municipal, aplicável subsidiariamente.

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação de empresa especializada para a prestação do serviço de transporte escolar rural no Município de Salto do Lontra/PR deverá observar os seguintes **requisitos técnicos, operacionais, legais e normativos**, conforme previsto nos arts. 11, 18 e 117 da Lei nº 14.133/2021, na legislação local (Lei Municipal nº 563, de 27 de maio de 2025) e nos normativos estaduais e federais aplicáveis.

Os requisitos aqui descritos deverão integrar o Termo de Referência e o edital, com caráter vinculativo à futura execução contratual, nos termos do art. 18, §3º e do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

6.1. Execução do serviço

- O serviço será executado de forma **indireta e contínua**, mediante contrato com empresa especializada;
- A contratada será **integralmente responsável** pelos motoristas, veículos, manutenção, seguros e demais obrigações legais;



- c) A prestação ocorrerá **em todos os dias letivos do calendário escolar**, incluindo reposições e sábados letivos, conforme determinação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
- d) Deverá haver **adaptação operacional imediata** diante de alterações no calendário escolar ou em função de eventos climáticos;
- e) A prestação iniciará **em até 5 (cinco) dias úteis após a emissão da ordem de serviço**;
- f) A Administração poderá suspender ou ajustar o serviço mediante justificativa formal, sem ônus indenizatório;
- g) O contrato terá **vigência de 12 (doze) meses, prorrogável** conforme art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Motoristas

Os motoristas vinculados à empresa contratada deverão atender aos seguintes requisitos:

- a) **Carteira Nacional de Habilitação (CNH)** na categoria “D” ou superior;
- b) Idade mínima de **21 anos**;
- c) Conclusão e comprovação de **curso específico para transporte escolar**, conforme regulamentação do CONTRAN;
- d) **Certidão negativa de antecedentes criminais**, expedida há no máximo 5 anos, relativa a crimes previstos na Lei Municipal nº 563, de 27 de maio de 2025;
- e) Ausência de infrações **graves, gravíssimas ou reincidência em infrações médias nos últimos 12 meses**, conforme art. 329 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB);
- f) Portar **meio de comunicação funcional** (rádio ou celular) com dados fornecidos à Secretaria;
- g) Vínculo formal com a empresa contratada, com comprovação documental.

NOTA: Todos os documentos exigidos deverão estar permanentemente atualizados durante a vigência contratual.

6.3. Veículos

- a) Os veículos utilizados deverão cumprir integralmente os seguintes requisitos:



- b) Pleno funcionamento e boas condições mecânicas e estruturais;
- c) Adequação ao perfil da rota (ônibus, micro-ônibus, vans, peruas, etc.);
- d) Autorização prévia da Administração para sua utilização;
- e) Higiene e conforto mínimo: assentos em bom estado, ventilação e cortinas funcionais;
- f) Equipamentos obrigatórios conforme CTB, CONTRAN, DENATRAN e DETRAN/PR:
 - I. Cintos de segurança individuais;
 - II. Tacógrafo/crono tacógrafo funcional;
 - III. Faixa “ESCOLAR” e sinalização visual adequada;
 - IV. Iluminação externa obrigatória;
 - V. Limitador de abertura dos vidros;
 - VI. Janelas e portas em perfeito estado;
 - VII. Extintor tipo ABC;
 - VIII. **Seguro obrigatório** com cobertura para passageiros e terceiros (com apólice válida);
 - IX. **Inspecção semestral veicular emitida pelo DETRAN/PR;**
- g) Veículos adaptados para alunos com deficiência, conforme Resolução CONTRAN nº 402/2012;
- h) **Idade máxima de 15 anos de fabricação**, conforme previsto na Lei Municipal nº 563, de 27 de maio de 2025;
- i) Apresentação de laudos semestrais, licenciamento, IPVA quitado entre outros documentos anuais solicitados via edital.

NOTA: A contratada deverá realizar a substituição imediata de qualquer veículo que deixe de atender os requisitos técnicos, sem ônus adicional à Administração, sob pena de sanções contratuais.

6.3.1. Veículos acessíveis

Para rotas com alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, caso necessário, deverão ser disponibilizados veículos com:

- a) Elevador ou plataforma elevatória;



- b) Assentos reservados e cintos especiais;
- c) Equipe capacitada para atendimento;
- d) Equipamentos de acessibilidade devidamente regulamentados.

6.4. Monitores

- a) A presença de monitores nos veículos será **obrigatória nas rotas determinadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes**, especialmente quando identificadas **condições que demandem suporte adicional à segurança e ao atendimento dos alunos**, conforme critérios técnicos e pedagógicos.
 - I. Situações em que a presença de monitores poderá ser exigida:
 - II. Alunos da **Educação Infantil**;
 - III. Alunos **com deficiência**;
 - IV. Rotas com alto fluxo de embarque/desembarque.
- b) Os monitores deverão:
 - I. Ser maiores de 18 anos;
 - II. Ter ensino médio completo (ou cursando, no mínimo, o segundo ano);
 - III. Estar capacitados para o atendimento a crianças e adolescentes (inclusive em primeiros socorros);
 - IV. Ser previamente apresentados à Secretaria e vinculados à empresa contratada;
 - V. Portar crachá de identificação e comunicação direta com a escola ou com o fiscal do contrato.

6.5. Responsabilidades operacionais da contratada

- a) Arcar com todos os **custos operacionais**, incluindo combustível, peças, pneus, lubrificação, seguros e mão de obra;
- b) **Comunicar alterações** em veículos, motoristas ou rotas com pelo menos 48 horas de antecedência;
- c) Realizar **substituições imediatas** em caso de problemas técnicos, infrações ou riscos;
- d) Manter comunicação ativa com a Secretaria de Educação;



- e) Zelar pela **segurança física, emocional e moral dos alunos** durante todo o trajeto;
- f) Cooperar integralmente com **ações de fiscalização e auditoria** dos órgãos públicos.

6.6. Condições específicas das rotas

- a) As rotas estão situadas predominantemente em zona rural e foram levantadas com base no:
 - I. Cadastro de alunos por escola;
 - II. Mapas elaborados pela Secretaria;
 - III. Condições geográficas, tipo de via, presença de obstáculos e acessibilidade;
- b) Foram identificados pontos de embarque e desembarque com base na distância máxima de 2 km da residência do aluno (quando viável), tempo de permanência inferior a 2(duas) horas por dia, e verificação de riscos em travessias, aclives, e áreas expostas.
- c) As rotas e estimativas de quilômetros constam em anexo ao ETP, com detalhamento por linha, tipo de veículo, tempo de percurso e número de alunos atendidos, e deverão ser reavaliadas periodicamente, conforme sazonalidade e reorganização escolar.

NOTA: O atendimento a todos os requisitos aqui definidos será objeto de fiscalização contínua pela SMEEC, com base no plano de fiscalização contratual previsto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO e DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Solução 1 – Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Serviço de Transporte Escolar

A solução de contratação de uma empresa especializada para o fornecimento de serviço de transporte escolar rural consiste em terceirizar o transporte dos alunos residentes em áreas rurais, garantindo a eficiência, segurança e regularidade do serviço. A empresa contratada será responsável por todas as etapas e operações envolvidas no transporte escolar.



Benefícios: Empresas especializadas possuem experiência na gestão de transporte escolar, assegurando um serviço de qualidade; A terceirização do serviço reduz os riscos operacionais e administrativos para a Secretaria; A empresa contratada pode ajustar rapidamente rotas e substituir veículos, garantindo a continuidade do serviço; A empresa deve garantir o cumprimento de todas as normas de segurança e higiene, proporcionando um ambiente seguro para os alunos.

Desvantagens: A administração fica dependente de terceiros para a execução do serviço; requer fiscalização constante para assegurar a qualidade e conformidade do serviço prestado. A contratação de uma empresa especializada para o fornecimento de serviço de transporte escolar rural é uma solução que combina conveniência, economicidade e eficiência, garantindo a segurança e regularidade do transporte escolar para os alunos da zona rural, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Solução 2 – Aquisição e Gestão Direta de Frota Própria pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Essa solução envolve a compra de veículos e a administração direta do serviço de transporte escolar rural. Esta abordagem requer que a Secretaria assuma todas as responsabilidades relacionadas à operação e manutenção da frota, bem como à contratação e gestão de pessoal.

Benefícios: A gestão própria permite controle total sobre a operação e manutenção dos veículos, bem como a personalização do serviço de acordo com as necessidades locais; A Secretaria pode ajustar rapidamente as rotas e horários conforme as demandas específicas dos alunos e das unidades escolares; A administração direta facilita a integração do transporte escolar com outras atividades e serviços da Secretaria de Educação.

Desvantagens: A aquisição de veículos e a implementação da infraestrutura necessária envolvem um investimento inicial elevado; A gestão direta exige a criação de uma estrutura administrativa e operacional robusta, com capacidade para lidar com todas as demandas do



serviço; A frota própria está sujeita à obsolescência e desgaste, o que pode gerar custos elevados de manutenção a longo prazo.

A solução de aquisição e gestão direta de frota própria representa uma abordagem autônoma e personalizada para o transporte escolar rural, oferecendo controle total e flexibilidade para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, porém, exige um alto investimento inicial e uma estrutura administrativa complexa para sua implementação e operação, o que traz a administração municipal excluir tal solução por não possuir recursos financeiros suficientes para essa demanda.

Escolha da Solução: Solução 1 – Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Serviço de Transporte Escolar

A escolha da solução de contratação de uma empresa especializada para fornecer o serviço de transporte escolar rural apresenta-se como a melhor opção para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes por diversos motivos. Primeiramente, empresas especializadas possuem ampla experiência na gestão do transporte escolar, garantindo maior eficiência operacional. Estas empresas estão bem equipadas para lidar com as complexidades logísticas e operacionais envolvidas no transporte de alunos em áreas rurais, assegurando que o serviço seja executado de forma eficiente e confiável. Além disso, a empresa contratada tem a capacidade de ajustar rapidamente rotas e substituir veículos quando necessário, garantindo a continuidade do serviço sem interrupções. Essa flexibilidade é crucial para lidar com imprevistos e mudanças na demanda de forma ágil e eficaz.

A terceirização do serviço de transporte escolar também reduz significativamente os riscos operacionais e administrativos para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, transferindo essas responsabilidades para a empresa contratada. Isso inclui a manutenção dos veículos, gestão de motoristas e cumprimento de normas de segurança, aliviando a Secretaria dessas responsabilidades e permitindo que ela se concentre em suas atividades principais. Além disso, a terceirização elimina a necessidade de um investimento inicial elevado para a aquisição de uma frota própria e a implementação de uma infraestrutura robusta. Os custos de manutenção e substituição de veículos são responsabilidade da



empresa contratada, resultando em uma gestão financeira mais previsível e controlada para a Secretaria.

Com o objetivo de demonstrar a viabilidade da concorrência e a existência de empresas aptas a prestar o serviço de transporte escolar, foi realizado um levantamento de mercado, identificando empresas com sede no município de Salto do Lontra/PR e em municípios vizinhos, todos localizados em um raio de até 100 km.

Abaixo, relacionam-se algumas dessas empresas, com seus respectivos CNPJs e endereços:

Empresas com sede em Salto do Lontra/PR:

1. Adelir Trombini Transporte Escolar

- **CNPJ:** 60.239.386/0001-10
- **Endereço:** Rua João Atilio Rachele, 649 – Colina Verde, Salto do Lontra/PR
- **Atividade principal:** Transporte escolar

2. MC Transporte Ltda

- **CNPJ:** 58.193.773/0001-11
- **Endereço:** Salto do Lontra/PR
- **Atividade principal:** Transporte escolar

3. Westarb Transportes Ltda

- **CNPJ:** 58.671.226/0001-02
- **Endereço:** Avenida Bertino Warmling, 1080 – Centro, Salto do Lontra/PR
- **Atividade principal:** Transporte escolar

Empresas com sede em Francisco Beltrão/PR:

1. Jucetur Transportes Ltda

- **CNPJ:** 13.123.373/0001-00
- **Endereço:** Avenida Amazonas, 97 – Pinheirão, Francisco Beltrão/PR
- **Atividade principal:** Transporte escolar



2. Gringo Transporte Escolar (Transperondi Ltda)

- **CNPJ:** 09.207.675/0001-80
- **Endereço:** Rua Pernambuco, 1657 – Vila Nova, Francisco Beltrão/PR
- **Atividade principal:** Transporte escolar

3. Agitur Transporte de Alunos Ltda

- **Endereço:** Rua Caicara, 46 – Jardim Floresta, Francisco Beltrão/PR
- **Atividade principal:** Transporte escolar

Empresas com sede em Cascavel/PR:

1. Transtusa Transporte Santa Teresa Ltda

- **Atividade principal:** Transporte escolar

2. R F de Oliveira Transportes Ltda

- **Atividade principal:** Transporte escolar

3. Lusitana Transporte Escolar

- **Atividade principal:** Transporte escolar

A identificação dessas empresas demonstra a existência de operadores locais e regionais capacitados para atender às demandas do transporte escolar no município de Salto do Lontra/PR. A contratação por rotas individualizadas, conforme previsto no ETP, amplia a competitividade, fomenta a economia local e descentraliza os riscos operacionais.

Ressalta-se que o parcelamento do objeto não compromete a isonomia nem a economicidade, conforme estabelece o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, e está alinhado com as boas práticas recomendadas pelos órgãos de controle.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

8.1. Para a definição das quantidades e dos trajetos, foi estabelecido com base em um estudo detalhado realizado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes (DFD), considerando as necessidades estruturais e educacionais de cada unidade.



8.2. De acordo com levantamento feito pelo FNDE, em apostila sobre Transporte escolar verificou-se, a partir de amostra de mais de 2.200 municípios, que os regimes de execução do Transporte Escolar Rural mais comuns são:

- a) Valor por aluno;
- b) Valor por milha nautical;
- c) Valor por rota/linha;
- d) Valor por dia;
- e) Valor por hora;
- f) Valor por quilômetro transportando alunos;
- g) Valor por quilômetro rodado, e,
- h) Valor por mês.

8.3. A apostila apresenta ainda as desvantagens em relação a cada tipo de regime de execução. Principais Problemas de alguns Regimes de Execução:

Modalidade	Principais Problemas
Valor por aluno	<ul style="list-style-type: none">- O Poder Público tem dificuldades no controle da quantidade de alunos transportados;- Redução do pagamento do motorista quando diminui a quantidade de alunos transportados;- O operador exclui alunos residentes em localidades distantes com intuito de reduzir o custo de operação (diminuindo a quilometragem percorrida), e,- Pode ocorrer do operador não ir até a residência do aluno e alegar que o mesmo está faltando à escola.



Município de Salto do Lontra

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.707/0001-04

Paço Municipal Prefeito Dr. Wilson J. S. Nunes

Valor por quilômetro rodado	<ul style="list-style-type: none">- Dificuldade de controle da quilometragem rodada, necessita-se de equipamentos e presença de fiscais;- Possíveis adulterações, caso os valores de quilometragem sejam fornecidos pelos motoristas;- Utilização de caminhos mais longos, alegando mudança dos alunos, principalmente em regiões de assentamentos; - O processo de validação dos números fornecidos pelos operadores provoca atrasos no pagamento desses;- Em épocas de chuvas, por exemplo, o custo de alteração das rotas é crescente para o ente público, e,- O custo de inclusão de veículos não é muitas vezes assumido pelos operadores, o que, em vistas da elevada demanda de estudantes, acaba promovendo a superlotação dos veículos.
Valor por quilômetro transportando aluno	<ul style="list-style-type: none">- Não considera e nem remunera a quilometragem morta (trecho entre a garagem e o início da linha);- O pagamento por quilômetro rodado pode levar o operador a colocar suas garagens em pontos mais remotos do município, e,- Complexidade em definir os trechos em que não estão sendo transportados alunos.

Administração Municipal

Tel.: (46) 3538-1177 - Cx. Postal, 31 - Rua Prefeito Neuri Baú, 975 - Salto do Lontra - Paraná



Valor fixo mensal	- O operador pode optar por uma redução na quantidade de alunos transportados e quilometragem percorrida, sem reduções nos valores fixos mensais recebidos
--------------------------	--

8.4. De acordo com o levantamento, a opção mais utilizada de execução de serviço é o valor por quilômetro rodado, por cerca de 36% dos municípios.

Rota	Tipo de Veículo	Capacidade Mínima	KM/Dia	Dias Letivos (Ano)	KM Total (Ano)	Regime de Execução
Rota 1	Veículo Rodoviário	16 lugares	132	200 dias	26.400	Por quilômetro rodado

8.5. Na presente contratação, será adotado o regime de execução por quilômetro rodado, tendo em vista que a Administração já possui mapeamento prévio e conhecimento detalhado das rotas e respectivas distâncias, o que minimiza o risco de superfaturamento por parte da contratada. Ademais, sempre que houver ampliação da rota em razão da inclusão de novos alunos, a medição é realizada conjuntamente entre a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e o transportador, assegurando a aferição precisa do percurso adicional.

8.6. Considerando que a quantidade de alunos transportados pode variar a cada ano letivo, não sendo possível prever com exatidão a demanda em cada rota, o regime por quilômetro rodado oferece flexibilidade à Administração, permitindo a inserção ou exclusão de trechos conforme a necessidade real de atendimento, sem comprometer a legalidade ou o equilíbrio contratual.

8.7. Optou-se pela contratação de veículos de diferentes tipos e capacidades, como Kombi, vans, micro-ônibus e ônibus, levando-se em conta a diversidade de condições das vias rurais, a maioria não pavimentadas, além da topografia acidentada em diversos trechos. A variedade de veículos garante melhor adequação às rotas, principalmente em períodos de chuvas



intensas, em que apenas determinados tipos de veículos conseguem transitar com segurança e eficiência.

8.8. A Administração observou, ainda, que em situações de chuvas extremas ou interrupções nas vias principais, mesmo veículos adequados podem enfrentar dificuldades de tráfego, sendo necessário utilizar rotas alternativas, frequentemente mais extensas. Tais desvios impactam diretamente a quilometragem percorrida e os custos operacionais, o que reforça a pertinência do regime de pagamento por quilômetro rodado, assegurando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme previsto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

8.9. Os percursos de cada rota foram estimados com base nos cadastros de alunos atualizados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, considerando o histórico de atendimento e os dados consolidados do serviço nos anos anteriores.

8.10. Para o cálculo da quilometragem total estimada por rota, adotou-se como base a média de 200 dias letivos por ano, conforme calendário escolar oficial e diretrizes do Ministério da Educação (MEC) e do FNDE.

8. ANÁLISE DE RISCOS

Em atendimento ao disposto no art. 18, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, foi realizada a identificação e análise preliminar dos principais riscos associados à execução do contrato de prestação de serviços de transporte escolar. Os riscos foram classificados conforme a probabilidade de ocorrência, o impacto na continuidade do serviço e as medidas mitigadoras previstas:

Risco Identificado	Impacto Potencial	Medidas Mitigadoras
Atraso no início da execução contratual	Prejuízo ao calendário escolar e comprometimento da frequência dos alunos	Estabelecimento de cronograma vinculante com início em até 5 dias úteis após a ordem de serviço; aplicação de multa contratual em caso de descumprimento



Risco Identificado	Impacto Potencial	Medidas Mitigadoras
Desistência da empresa durante a execução	Interrupção total ou parcial do serviço, afetando o direito à educação	Contratação por rotas autônomas (parcelamento), permitindo substituição pontual; previsão de penalidades e execução de garantia contratual
Utilização de veículos inadequados ou irregulares	Risco à integridade física dos alunos, responsabilização civil do Município	Exigência de laudos e inspeções técnicas semestrais; fiscalização prévia e contínua; vistoria obrigatória antes do início das rotas
Condutores sem habilitação ou capacitação compatível	Invalidação do seguro, risco de acidentes e responsabilização solidária do Município	Exigência de CNH categoria D, curso de transporte escolar e certidões negativas; substituição imediata do condutor em caso de irregularidade
Falhas na comunicação com motoristas e escolas	Desorganização operacional e risco de atrasos	Obrigatoriedade de meios de comunicação funcional (celular ou rádio); canal direto com a Secretaria de Educação
Superlotação dos veículos	Risco de acidentes e descumprimento das normas do CTB e FNDE	Limite de capacidade por edital; fiscalização contínua; cláusula de rescisão contratual em caso de reincidência
Alteração das rotas por eventos climáticos ou manutenção de vias	Aumento de custos e quilometragem	Medição técnica conjunta entre Secretaria e transportador; aditivo contratual com justificativa técnica, nos termos do art. 92 da Lei nº 14.133/2021

A matriz de riscos será reavaliada periodicamente pela equipe de fiscalização contratual e poderá ser atualizada conforme surgirem novas variáveis operacionais,



institucionais ou legais. A gestão desses riscos será registrada nos autos do processo administrativo, com base em metodologia de controle interno e nos princípios da governança pública.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Considerando a pesquisa de preços realizada junto a fontes oficiais, tais como:

- Tabela Fipe, para definição do valor médio de mercado do veículo (van com 16 lugares, ano 2011);
- Agência Nacional do Petróleo (ANP), para apuração do preço médio do óleo diesel no Estado do Paraná (R\$ 7,14/litro);
- Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 (FETROPAR/SINFRETIBA), para definição dos salários, benefícios e encargos obrigatórios dos motoristas do transporte escolar;
- Relatórios de prestação de contas de municípios paranaenses auditados pelo TCE-PR (valores praticados por km rodado);

Foi elaborada a planilha de custos completa e individualizada para cada rota, utilizando metodologia prevista no Manual de Custo do Transporte Escolar do FNDE, na Metodologia Paraná para Gestão do Transporte Escolar Público (PTE/SEED-PR) e em conformidade com o art. 6º, XXIII, e art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

A planilha contempla:

- Salário do motorista, conforme piso definido na CCT vigente, com todos os encargos (INSS, FGTS, 13º, férias, 1/3 de férias, auxílio alimentação e creche);
- Combustível (ANP);
- Custos de documentação obrigatória, como IPVA, licenciamento, seguro, vistoria do Detran, vistoria do tacógrafo e assessoria contábil;
- Manutenção preventiva e corretiva, incluindo lubrificantes, rodagem (pneus) e peças e acessórios;
- Custos fixos: depreciação, e remuneração do capital;



- BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) discriminando despesas administrativas, riscos, despesas financeiras, tributos federais (PIS, COFINS), ISS e contribuição sobre a receita bruta;
- Lucro líquido limitado a 16%, em conformidade com o art. 15 da Lei nº 9.249/1995, para empresas sob o regime de lucro presumido.

A presente estimativa foi elaborada com base em critérios legais e técnicos amplamente aceitos pelos órgãos de controle e reflete:

- A realidade de mercado, com base em insumos atualizados;
- A boa prática orçamentária, assegurando previsibilidade e transparência;
- O cumprimento do planejamento legal exigido pelo art. 18 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à viabilidade técnica e econômica da contratação;
- O atendimento aos parâmetros do FNDE, da SEED/PR, da CCT vigente e das recomendações do TCE-PR (Acórdão nº 931/2020).

Com base nesse levantamento, apresentam-se abaixo os valores estimados por rota:

Rota	KM/dia	Dias Letivos (Ano)	KM Total (Ano)	Custo Estimado por KM (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
Rota 1	132 km	200 dias	26.400 km	R\$ 5,30	R\$ 139.920,00

Nota: As planilhas completas com o detalhamento da formação de preço por rota, incluindo todos os insumos e coeficientes de cálculo, encontram-se anexas a este Estudo Técnico Preliminar, conforme metodologia orientada pelo Manual de Custos do Transporte Escolar – FNDE, e em consonância com as boas práticas indicadas pelo TCE-PR.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Após análise técnica da estrutura do transporte escolar do Município de Salto do Lontra/PR, optou-se pelo **parcelamento da contratação por rota (linha de transporte)**, conforme autoriza expressamente o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

As rotas escolares atendem regiões com condições geográficas e logísticas distintas, incluindo áreas urbanas, comunidades rurais de difícil acesso, e trajetos com quilometragens



muito variáveis. Dessa forma, a execução técnica de cada rota demanda uma análise individualizada, tanto em termos de capacidade dos veículos quanto de condições de trafegabilidade.

O parcelamento por rota é medida necessária e estratégica, pois a execução do objeto em lote único comprometeria o interesse público, uma vez que:

- Aumenta significativamente o custo da contratação, concentrando o serviço em empresas de grande porte;
- Reduz a eficiência da operação, ao exigir logística centralizada, pouco adaptável à diversidade de trajetos;
- Aumenta o risco de falha generalizada, especialmente em caso de inadimplemento, desistência ou rescisão do contrato por parte da única contratada.

Além disso, o parcelamento possibilita a participação de empresas de menor porte, com atuação local ou regional, que possuem condições de operar apenas algumas linhas específicas. Essa medida amplia a competitividade, fomenta a economia local e descentraliza os riscos operacionais.

O fracionamento por critérios técnicos objetivos (rotas individualizadas, mapeadas e dimensionadas) não compromete a isonomia entre os licitantes, tampouco a economicidade da contratação, desde que os itens não sejam artificialmente divididos com o intuito de limitar a concorrência – o que não ocorre neste caso.

Inclusive, evita-se o risco de conluio entre grandes fornecedores, prática frequentemente identificada em contratações com objetos aglutinados, conforme alertado pelo TCU em seus acórdãos sobre parcelamento (v.g., Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário).

A adoção desta medida está, portanto, em estrita conformidade com os princípios do planejamento, eficiência, vantajosidade e isonomia, previstos nos arts. 5º e 23 da Lei nº 14.133/2021, além de seguir a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR (Acórdão nº 931/2020), que recomenda o fracionamento por critérios técnicos sempre que viável, para permitir ampla participação e mitigação de riscos operacionais e jurídicos.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES



Não será necessária a contratação de serviços correlatos, pois a licitação está sendo realizada de forma segmentada por itens terceirizados, o que permite que todas as demandas sejam atendidas de forma integral dentro do mesmo processo licitatório. Essa abordagem otimiza a gestão dos recursos e garante a cobertura completa das necessidades, sem a necessidade de processos licitatórios adicionais, assegurando maior eficiência e economia para a Administração.

13. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O Município de Salto do Lontra/PR encontra-se em processo de elaboração do Plano Anual de Contratação (PAC), que, embora não tenha sido concluído até a presente data, direcionará a futura aquisição para atender plenamente às demandas destacadas.

14. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a presente contratação, busca-se garantir a solução mais adequada em termos de eficácia, eficiência, sustentabilidade e economicidade, por meio de parâmetros mínimos de qualidade, objetivando alcançar a proposta mais vantajosa para o Município de Salto do Lontra/PR. Nesse sentido, pretende-se assegurar condições adequadas e seguras para o transporte escolar dos alunos da rede pública, disponibilizando veículos em perfeitas condições de uso e adaptados às diversas necessidades, inclusive para aqueles estudantes que possuam algum tipo de deficiência ou necessidade especial, garantindo conforto, acessibilidade e segurança ao longo de todo o trajeto escolar.

Dentre os resultados específicos esperados destacam-se a economicidade proporcionada pela contratação eficiente e bem fiscalizada, a garantia de segurança através da seleção de empresa devidamente habilitada e a contribuição significativa para a redução das taxas de evasão escolar, ao suprir uma necessidade fundamental para a permanência e o bom desempenho educacional dos alunos atendidos.

Ademais, busca-se assegurar um padrão elevado de qualidade na prestação dos serviços, otimizando a força de trabalho necessária à gestão e fiscalização contratual e garantindo o cumprimento integral das obrigações legais vigentes, mitigando riscos de inadimplemento que possam resultar em prejuízos ou custos adicionais à Administração Pública.



A terceirização do transporte escolar proporciona, ainda, vantagens econômicas e operacionais, uma vez que a responsabilidade trabalhista e legal relativa aos motoristas e monitores é transferida integralmente à empresa contratada. Isso permite maior flexibilidade operacional, sobretudo na substituição de profissionais que não estejam correspondendo às expectativas ou necessidades da Administração.

Por fim, esta contratação contribuirá também para a política de sustentabilidade ambiental adotada pelo Município, exigindo da contratada o uso racional dos veículos e combustíveis, manutenção adequada para a redução das emissões de gases poluentes e o cumprimento das normas ambientais vigentes, garantindo assim um impacto ambiental mínimo e alinhado às melhores práticas ambientais atuais.

Como forma de assegurar a efetividade da execução contratual, a Administração estabelecerá os seguintes indicadores de desempenho mensuráveis, que servirão como parâmetros objetivos para fiscalização do contrato:

Indicador de Desempenho	Meta Esperada	Mínima Periodicidade de Aferição
Pontualidade no embarque/desembarque	$\geq 95\%$	Mensal
Cumprimento integral das rotas planejadas	$\geq 98\%$	Mensal
Número de reclamações formalizadas	≤ 3 por mês	Mensal
Tempo máximo de trajeto por aluno	$\leq 2h$ por percurso	Diário
Ocorrência de incidentes de segurança	0 (tolerância zero)	Contínua
Substituição de veículos irregulares ou inoperantes	Em até 24h	Por evento
Substituição de condutores inadequados	Em até 24h	Por evento
Participação da contratada em reuniões de gestão	100% das convocações	Trimestral
Frequência escolar dos alunos atendidos	$\geq 90\%$ de presença	Bimestral
Redução da evasão escolar nas áreas atendidas	Estabilidade ou redução	Semestral



Esses indicadores serão monitorados pela equipe da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com apoio das escolas atendidas e dos fiscais designados, podendo embasar advertências, sanções e medidas de correção, conforme os instrumentos convocatórios e o contrato firmado.

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para garantir o sucesso da presente contratação, serão adotadas providências específicas pelo corpo técnico responsável, devidamente capacitado para o acompanhamento de todas as etapas do processo. Essas providências incluem desde a análise técnica das propostas recebidas, aceitação formal da melhor oferta, acompanhamento constante da execução contratual e adoção de medidas administrativas para o recebimento dos serviços até sua distribuição e adequada utilização pelas áreas técnicas beneficiadas. Serão realizadas também diligências periódicas destinadas a assegurar a qualidade e regularidade dos serviços contratados durante toda a vigência contratual. Ademais, haverá capacitação específica dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, com objetivo de qualificá-los para atuar conforme este novo modelo, que incorpora não apenas a fiscalização direta pela Administração, mas também o envolvimento do público usuário como importante parâmetro adicional para aferir a qualidade dos serviços prestados. Esta capacitação será fundamental também para que os servidores possam efetuar um adequado mapeamento e monitoramento de riscos durante a execução e nas eventuais renovações contratuais, garantindo, assim, uma gestão eficaz e transparente da contratação pública.

16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Considerando a natureza do serviço de transporte escolar objeto desta contratação, não são previstos impactos ambientais significativos ou de grande escala. Entretanto, para minimizar possíveis efeitos ambientais adversos, a empresa contratada deverá cumprir rigorosamente as normas ambientais vigentes relacionadas à operação e manutenção dos veículos, incluindo o controle das emissões de gases poluentes e o uso racional dos combustíveis. Além disso, deverão ser adotadas práticas sustentáveis, tais como a manutenção preventiva regular dos veículos e a otimização dos trajetos, visando reduzir tanto o consumo energético quanto a emissão de poluentes. Essas medidas garantirão que a



execução do serviço ocorra em conformidade com os princípios da sustentabilidade ambiental e responsabilidade socioambiental, colaborando diretamente com a preservação do meio ambiente local e o cumprimento das políticas públicas ambientais vigentes.

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Diante dos elementos técnicos, jurídicos e econômicos analisados e apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, declara-se que a contratação proposta é plenamente viável. Essa conclusão decorre da constatação objetiva da necessidade de se garantir um serviço de transporte escolar seguro, eficiente, sustentável e economicamente vantajoso para atender às demandas do Município de Salto do Lontra/PR, bem como das condições favoráveis identificadas no mercado. Portanto, considerando-se todos os fatores expostos e devidamente fundamentados neste documento, recomenda-se à Administração Pública prosseguir com as etapas subsequentes necessárias para a realização desta contratação, em total conformidade com a Lei nº 14.133/2021, as normas pertinentes ao transporte escolar e as orientações emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

ASSINATURAS:

ERONILDE DE OLIVEIRA TOSCAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES